



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**VICTOR TYRONE CORREIA COSTA JÚNIOR**

**GOVERNANÇA CORPORATIVA EM PMEs: Um estudo em empresas de  
Campina Grande – PB.**

Campina Grande  
2024

VICTOR TYRONE CORREIA COSTA JÚNIOR

**GOVERNANÇA CORPORATIVA EM PMEs: um estudo em empresas de  
Campina Grande – PB.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

**Orientador:** PROF. DR. JOSÉ PERICLES ALVES PEREIRA

Campina Grande  
2024

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C837g Costa Junior, Victor Tyrone Correia.

Governança corporativa em PMES: um estudo em empresas de Campina Grande - PB [manuscrito] / Victor Tyrone Correia Costa Junior. - 2024.

30 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2024.

"Orientação : Prof. Dr. Jose Pericles Alves Pereira, Departamento de Ciências Contábeis - CCSA".

1. Governança corporativa. 2. Pequenas e médias empresas. 3. Financiamento financeiro. I. Título

21. ed. CDD 658.022

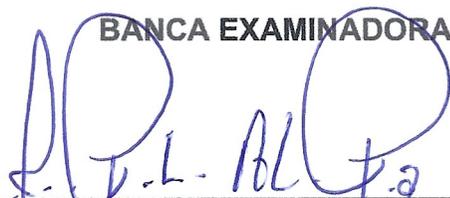
VICTOR TYRONE CORREIA COSTA JÚNIOR

**GOVERNANÇA CORPORATIVA EM PMEs: um estudo em empresas de  
Campina Grande – PB.**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Departamento do Curso  
de Ciências Contábeis, da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito  
parcial à obtenção do grau de bacharel em  
Ciências Contábeis.

Aprovada em: 13/11/2024

**BANCA EXAMINADORA**



Prof. Dr. JOSÉ PERICLES ALVES PEREIRA (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. SIDNEY SOARES DE TOLEDO  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. MARCELLY NOBREGA DE MEDEIROS  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1: Classificação dos estabelecimentos segundo o porte.....	9
---	---

### TABELAS

Tabela 1 – Definição do perfil do respondente .....	16
---	----

### GRÁFICOS

Gráfico 1: É possível compreender a dinâmica de Governança dentro de uma organização?.....	18
Gráfico 2: Há mais chances de aumentar a capacitação de recurso com a Governança?.....	18
Gráfico 3: Falta de transparência interna pode prejudicar na obtenção de crédito? .	19
Gráfico 4: Falta de transparência externa pode influenciar na obtenção de crédito?	19
Gráfico 5: Perfil do Gestor .....	20
Gráfico 6: Profissionalização, Sucessão e Remuneração .....	21
Gráfico 7: Assembleias Gerais .....	21
Gráfico 8: Conselho de Administração .....	22
Gráfico 9: Transparência e informações gerenciais .....	22
Gráfico 10: Mecanismos Externos.....	23

# Sumário

1.	INTRODUÇÃO.....	6
2.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	8
2.1	Micro, pequenas e médias empresas – mpmes .....	8
2.2	Governança corporativa.....	10
2.2.1	<i>Teoria da Agência</i> .....	11
2.3.2	<i>Práticas a serem adotadas por pequenas e médias empresas (pmes) no aprimoramento da governança corporativa.</i> .....	12
2.3	Outros estudos .....	14
3.	METODOLOGIA.....	15
4.	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	16
4.1	Definição do perfil do respondente .....	16
4.2	Nível de entendimento dos respondentes sobre governança corporativa .....	17
4.3	Premissas a serem adotadas nas pmes .....	20
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	23
	REFERÊNCIAS.....	24

# GOVERNANÇA CORPORATIVA EM PMEs: um estudo em empresas de Campina Grande – PB.

Victor Tyrone Correia Costa Junior<sup>1</sup>

## RESUMO

A Governança Corporativa possibilita, de forma geral, um ambiente organizacional diretamente imerso ao aprimoramento dos modelos de gestões, de fiscalizações e de transparências informativas, uma vez que, possui um conjunto de premissas que, quando adotadas, potencializa os processos e decisões gerando, assim, benefícios internos e externos as empresas. Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a visão dos pequenos e médios empresários da cidade de Campina Grande no estado da Paraíba quanto a importância da introdução de premissas da Governança no dia a dia da sua empresa. Para isso, foi feito um levantamento bibliográfico para fins de fundamentação teórica e uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa com aplicação de um questionário com três seções, sendo elas: definição dos respondentes, nível de entendimento quanto ao tema e nível de importância para cada premissa a ser adotada. Por meio deste, foi possível determinar práticas que, sob a óptica daqueles que estão à frente das organizações, são mais importantes a serem adotadas e também aquelas que se tornam indiferente na sua utilidade. De modo geral, conclui-se que, o entendimento a Governança Corporativa tem crescido em meio aos pequenos e médios empresários e não se limita apenas para grandes organizações.

**Palavras chaves:** Governança Corporativa. Premissas. Pequenas e médias empresas. Financiamento.

## ABSTRACT

Corporate Governance generally fosters an organizational environment that supports the enhancement of management models, oversight mechanisms, and transparency in information-sharing practices. With a set of guiding principles, Corporate Governance, when implemented, strengthens processes and decision-making, generating both internal and external benefits for companies. This study aims to analyze the perspective of small and medium-sized business owners in Campina Grande, located in the state of Paraíba, on the importance of integrating governance principles into their daily operations. To achieve this, a theoretical framework was established, followed by a descriptive, quantitative survey utilizing a three-part questionnaire covering respondent demographics, level of familiarity with the topic, and the perceived importance of each governance principle considered for adoption. Through this research, it was possible to identify governance practices that are viewed as highly valuable by these business leaders, as well as those deemed less relevant. Overall, the findings indicate a growing understanding of Corporate Governance among small and medium-sized business owners, showing that it is no longer seen as applicable solely to large organizations.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do curso de Ciência Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.  
E-mail: victor.correia@aluno.uepb.edu.br.

**Keywords:** Corporate Governance. Principles. Small and Medium-Sized Enterprises. Financing.

## RESUMEN

La Gobernanza Corporativa posibilita, de una manera general, un ambiente organizacional directamente inmerso al mejoría de los modelos de gestión, de fiscalizaciones y de las transparencias informativas, una vez que, tiene un conjunto de premisas que, cuando adoptadas, intensifican los procesos y decisiones generando, así, los beneficios internos y externos a las empresas. Así siendo, el presente estudio tiene como objetivo analizar la visión de los pequeños y medios empresarios de la ciudad de Campina Grande en la provincia de Paraíba cuanto la importancia de la introducción de premisas de Gobernanza en el día a día de su empresa. Para eso, fue hecho un levantamiento bibliográfico con fines de fundamentación teórica y una pesquisa descriptiva con una abordagen cuantitativa y con la aplicación de una encuesta de três secciones, siendo ellas: definición de encuestados, nivel de comprensión cuanto al tema y el nivel de importancia para cada premisa adoptada. Por la presente, fue posible determinar las practicas que, desde la perspectiva de quienes están a cargo de organizaciones, son las mas importantes a ser adoptadas y también aquellas que se tornan indiferentes a su utilidad. De una manera general, puede concluirse que, el entendimiento a la Gobernanza Corporativa tiene crecido en médio a los pequeños y medios empresários y no limitase solo para grandes organizaciones.

Palabras claves: Gobernanza Corporativa. Premissas. Pequeñas y medias empresas. Financiación

## 1. INTRODUÇÃO

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, com base nos dados divulgados em 2020 pela Receita Federal do Brasil (RFB), 38,91%<sup>2</sup> das empresas atuais se enquadram em Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) no Brasil, totalizando 7.482.833 empresas registradas nesses dois portes (SEBRAE, 2020a). Junto ao Microempreendedor Individual (MEI), tornam-se, aproximadamente, 90% do número de empresas abertas no país. Tais números se relacionam diretamente com a importância das pequenas empresas para economia brasileira, que em 2022 atingiu um percentual de 30%, mais de um quarto, de participação no Produto Interno Bruto – PIB (SEBRAE, 2023).

Embora seja um número alto de empresas criadas e ativas, a taxa de mortalidade chega ao pico de 29%, com relação ao MEI; e 21,6% e 17% em relação às ME e EPP, respectivamente, segundo os dados do SEBRAE (2023).

---

<sup>2</sup> O percentual atingindo, referente aos dados de porte apresentado, são aqueles declarados no momento da empresa, utilizando, conforme afirma o Sebrae, o documento “Estimativas de Público do Sistema Sebrae 2020-2023” para efeitos de planejamento. Além disso, foram consideradas apenas empresas situadas no Brasil com fins lucrativos e os CNAE 84, 94 e 99 ficaram fora da contabilização. Por fim, só foram consideradas as pessoas jurídicas classificadas das categorias de naturezas jurídicas: 204-6, 205-4, 206-2, 207-6, 207-0, 208-9, 209-7, 210-0, 211-9, 212-7, 213-5, 214-3, 215-1, 216-0, 218-6, 222-4, 223-2, 224-0, 225-9, 226-7, 228-3, 229-1, 230-5, 231-3, 232-1, 233-0, 299-2, 401-4, 402-2, 403-0, 404-9, 408-0, 408-1, 411-1, 412-0 (SEBRAE, 2020).

O SEBRAE (2016), aponta que alguns fatores são determinantes para a vida (ou morte) do negócio, quais sejam: i) a situação antes da abertura da empresa, como as condições, experiências do empresário e a motivação para abertura; ii) o planejamento e os recursos adotados; iii) a gestão do negócio e iv) a capacitação do gestor. Nesse último, foi observado que empresas ativas possuíam uma maior proporção de gestores que fizeram algum curso para adquirir conhecimento daquelas que tiveram seu negócio fechado.

A Agência Sebrae de Notícias (2021) ainda afirma, que quanto menor o porte da empresa mais difícil a obtenção de crédito perante os bancos, dificultando, assim, que haja uma maior competência e capacitação desses empreendedores para garantir a perenidade entre essas organizações.

Estudos feitos nos últimos anos, tendem a pesquisar medidas de auxílio para que esses pequenos empreendedores possam obter o crédito com maior facilidade e o menor custo possível. Adoções de padrões internacionais de contabilidade (RIVA; SALLOTI, 2015), estudos bibliográficos sobre os principais critérios avaliados pelo Capital de Risco (NETO et. al., 2011), os aspectos da decisão empresarial para o financiamento (SCHIMITT, 2002) e, além de outros estudos realizados, a contribuição direta de uma maior transparência e da diminuição da assimetria informacional, por meio da adoção das práticas de governança corporativa (RIBEIRO, 2009), objeto de estudo desta pesquisa.

Junto a isso, está presente pesquisa apresenta enquanto problema o seguinte questionamento: qual visão dos gestores, de pequenas empresas da cidade de Campina Grande, Paraíba, sobre a importância da adoção e/ou melhoria das práticas de governança corporativa em suas empresas?

Nesse sentido, o objetivo geral da pesquisa é analisar a visão dos pequenos e médios empresários da cidade de Campina Grande – PB, sobre a importância da introdução de premissas da Governança Corporativa no dia a dia da sua empresa. Ademais, os objetivos específicos serão: a) Identificar o perfil dos gestores das pequenas empresas da cidade de Campina Grande; b) Identificar a maturidade dos gestores quanto a tema em questão; e c) Identificar o nível de importância da adoção de cada prática de governança corporativa na visão desses gestores.

A justificativa desse trabalho se dá, através das pesquisas já citadas anteriormente, sobre a importância do auxílio a esses empreendedores para que possam obter, com mais facilidade, o financiamento desejado para uma melhor gestão e continuidade de suas atividades. Ademais, busca complementar o trabalho apresentado por Ribeiro (2009), de modo que sua pesquisa voltada para a visão dos financiadores, será, agora, voltada para visão daqueles que irão implementar tais práticas em sua realidade: os gestores.

Como afirma Selli et al. (2013) “o estudo das micros e pequenas empresas sempre representa uma contribuição de valor significativo, uma vez que elas possuem importante papel no desenvolvimento da economia nacional”.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Micro, pequenas e médias empresas – mpmes

No início do século XX, em determinadas regiões no país, sendo elas mais desenvolvidas ou não, era comum enxergar o fenômeno de aglomerações de Pequenas e Médias Empresas - PMEs, advindas da influência da existência de grandes mercados e também da necessidade do acesso para o fornecimento de matérias-primas bastante utilizadas no dia a dia da época, como couros, minerais, metais, fibras naturais ou produtos agrícolas (NARETTO et. al., 2004).

Na Constituição Federal de 1988 (CF/88), que firma os direitos e deveres para povo brasileiro, estabelece, através do artigo 170, parágrafo único, o reconhecimento ao “livre exercício de qualquer atividade, independente de autorização de órgãos públicos, salvo os casos previstos por lei” (BRASIL, 1988). E, através do artigo 179, dispõe às microempresas e as empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado, para que ocorra um maior incentivo através das simplificações que ocorrerão nas suas obrigações (BRASIL, 1988).

Em 1996, para regular o artigo 179 da CF/88, foi elaborado o que era chamado de Simples Federal, a Lei 9.317/96. A regulamentação visava favorecer e simplificar ainda mais na gestão dessas empresas, garantindo, assim, uma maior perenidade, através da redução da carga tributária paga e simplificação das obrigações auferidas a elas. Atualmente, a lei em questão foi revogada pela Lei Complementar nº 123, de 2006.

Da definição de microempresa e de empresa de pequeno porte, a Lei Complementar de 2006, em seu artigo 3º, traz as seguintes definições:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e  
 II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016). (BRASIL, 2006, Art. 3º)

São comumente encontradas iniciativas organizacionais que contribuem para complementar, atendendo, assim, a critérios próprios, o enquadramento e categorização das empresas. Os principais fatores na distinção de cada empresa, a partir desses critérios são os números de empregados, onde o setor de atuação também é levado em consideração, e o faturamento auferido (NOGUEIRA, 2016).

Para complementar tais definições, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em seu guia do financiamento, utilizando dados conforme Receita Operacional Bruta (ROB) das empresas ou conforme a renda anual de clientes pessoas físicas, dispõe que organizações que possuam sua receita bruta entre R\$ 4,8 milhões e R\$ 300 milhões, seja classificada como média empresa. Já as organizações que excedam essa receita bruta de R\$ 300 milhões, seja enquadrada como grande empresa (BNDES, 2021c).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), também contribui para definição das médias e grandes empresas classificando-as em grupos de I até IV. Empresas com faturamento até R\$ 6 milhões (grupo IV) e empresas com faturamento superior a R\$ 6 milhões até R\$ 20 milhões (grupo III), agrupam as empresas de médio

porte. Já as empresas com faturamento superior a R\$ 20 milhões até R\$ 50 milhões (grupo II) e faturamento acima de R\$ 50 milhões (grupo I), agrupam as empresas de grande porte (ANVISA, 2020).

Em contrapartida, o SEBRAE (2018) utiliza o critério para classificação do porte, termo técnico utilizado para definir o tamanho do negócio, além do setor da atividade econômica que está inserida a organização, o número de colaboradores existentes, conforme apresentado na tabela abaixo:

Figura 1: Classificação dos estabelecimentos segundo o porte.

Porte	Setores	
	Indústria <sup>(1)</sup>	Comércio e Serviços <sup>(2)</sup>
Microempresa	até 19 pessoas ocupadas	até 9 pessoas ocupadas
Pequena empresa	de 20 a 99 pessoas ocupadas	de 10 a 49 pessoas ocupadas
Média empresa	de 100 a 499 pessoas ocupadas	de 50 a 99 pessoas ocupadas
Grande empresa	500 pessoas ocupadas ou mais	100 pessoas ocupadas ou mais

Fonte: Sebrae (2018, p. 10) – Elaboração: DIEESE

É possível constatar, a partir das informações citadas anteriormente, que não há legislação que defina critérios para classificar as grandes e médias empresas. Com isso, cada órgão pode utilizar do entendimento próprio para rotular as empresas em cada categoria existente. Conforme afirma Nogueira (2016), esse desencontro, no entendimento do enquadramento de cada porte, implica em mais um obstáculo para implementação de políticas públicas direcionadas a essas empresas, dificultando a hegemonia nas ações voltadas a elas.

O esforço de estruturar políticas públicas para PMEs no Brasil tem uma história de cerca de 45 anos. (...) As políticas públicas para PMEs encapam o apoio mediante criação de instituições, marco legal e normas tributárias específicos para a promoção de empresas desse porte, e a mobilização de mecanismos no âmbito das instituições públicas de suporte ao sistema produtivo – bancos oficiais, agências de fomento, institutos de pesquisa e universidades (NARETTO et. al., 2004).

As PMEs são grandes geradoras de emprego e renda, segundo dados levantados pelo SEBRAE (2021), com base nos dados divulgados no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), as MPEs geraram 70% dos empregos de carteira assinada do país, no 1º trimestre de 2021. 587 mil novos postos de trabalho, sendo 3 vezes maior do que os apresentados nas médias e grandes empresas nesse mesmo período.

Em 2020, com o enfretamento da pandemia da COVID-19, houve um acentuado número de medidas de qualificação nas atividades exercidas pelas pequenas e médias empresas, como forma de diminuir os impactos advindos da crise econômica existente. Em pesquisa produzida pela marca brasileira Serasa Experian (2020), da empresa Serasa S/A, mostrou que 90% das empresas vislumbraram boas oportunidades a partir dos investimentos adotados, sendo esses, novas formas de vender, adoção de uma maior tecnologia, entre outras. A partir dessa nova perspectiva, um pouco mais da metade dos entrevistados assumem uma boa expectativa de retomada e expansão para os próximos anos pós-pandemia. Tais

resultados corroboram com a ideia de que investimentos e auxílio constante para esse setor, reforça a solidificação e continuidade dessas empresas que são importantes para economia nacional, conforme já citado anteriormente.

## 2.2 Governança corporativa

Pesquisas sobre governança corporativa, na década de 1990, possuíam o foco no propósito de alinhar os interesses das grandes corporações com as questões de economia política (JACOMETTI, 2012). Tal ferramenta, que foi construída para grandes empresas no intuito de melhorar o acesso ao mercado, está diretamente ligada com a adoção de práticas governamentais que irão auxiliar na perenidade, crescimento e transparência do próprio negócio (EFEICHE, 2009).

Dessa forma, a governança corporativa torna-se um principal instrumento para um monitoramento e melhoramento da gestão das empresas, surgindo como forma de melhorar a qualidade dos serviços prestados e, além disso, torná-las mais transparente para seus *stakeholders*<sup>3</sup> (SOUZA; BAIDYA, 2016).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), uma das principais referências nesse tema, em seu Código de Melhores Práticas de Governança, define esse sistema como meio

(...) pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas (IBGC, 2015, p. 20).

Oliveira (2006, p.17), ainda define governança corporativa como:

(...) práticas administrativas para otimizar o desempenho das empresas – com seus negócios, produtos e serviços – ao proteger, de maneira equitativa, todas as partes interessadas – acionistas, clientes, fornecedores, funcionários e governos – facilitando o acesso às informações básicas e melhorando o modelo de gestão.

À vista disso, no contexto das pequenas e médias empresas, que são demandantes de recursos para seu crescimento e perenidade, a governança corporativa torna-se um dos principais instrumentos a serem aplicados para o aumento na captação de recursos, tendo em vista que os financiadores irão se deparar como uma maior transparência das informações reduzindo, assim, a assimetria informacional (RIBEIRO, 2009).

Como forma de garantir esse ambiente de confiança entre partes internas e externas das empresas, o IBGC (2016) define princípios básicos a serem praticados na adoção da governança corporativa. Os princípios são: transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa.

Álvarez, Giacometti e Gusso (2008), afirmam que a governança está retratada a partir de princípios, conduzindo as empresas para um melhor funcionamento que, conseqüentemente, propiciam maior valor e credibilidade. Em seu Código Brasileiro de Governança Corporativa: Companhias Abertas, o IBGC (2016), define cada princípio da seguinte forma:

<sup>3</sup> Toda parte interessada na empresa que, direta ou indiretamente, é impactado pelas ações praticadas nela.

A transparência,

Consiste no desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que conduzem à preservação e à otimização do valor da organização. (IBGC, 2016 p. 15).

A prestação de contas está intrínseca à transparência, sendo um reforço à divulgação de contas, que deve ser clara, entendível e dentro do prazo determinado por lei – tempestivas. Para equidade, é evidenciado o tratamento justo e igualitário de cada membro de uma organização e de suas partes interessadas, prezando nos direitos e deveres de cada um. (IBGC, 2016).

Na responsabilidade corporativa,

Os agentes de governança devem zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e suas operações e aumentar as positivas, levando em consideração, no seu modelo de negócios, os diversos capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, ambiental, reputacional, etc.) no curto, médio e longo prazos. (IBGC, 2016, p. 15).

Complementando tal tema, a bolsa de valores da Austrália, *Australian Securities Exchange* – (ASX), determina 8 pilares no qual a governança precisa estabelecer seus princípios, sendo eles:

- I. Bases sólidas para gestão e supervisão;
- II. Estruturar a gestão para ser eficaz e agregar valor;
- III. Definir uma cultura baseada em ética, responsabilidade e de ações legais;
- IV. Proteção e integridade aos relatórios corporativos;
- V. Divulgação oportuna e equilibrada de todos os assuntos;
- VI. Respeito aos acionistas;
- VII. Reconhecimento de riscos e seu gerenciamento; e
- VIII. Remuneração de forma justa e responsável (ASX, 2019, tradução nossa).

Tais princípios, estruturam e norteiam as empresas de forma a se tornarem bem administradas, transparentes e preparadas para atenderem a pedidos e exigências dos interessados. (BUSSLER et. al., 2017).

### **2.2.1 Teoria da Agência**

Berle e Means (1932), através da obra *The Modern Corporation and Private Property*, evidenciaram, com foco nos custos e benefícios, a separação entre propriedade e controle. A partir disso, Jensen e Meckling (1976) desenvolvem a Teoria da Agência, dando destaque aos conflitos de interesse, entre uma relação de agência, que para eles seria “um contrato com uma ou mais pessoas onde (o(s) principal(ais)) contrata outra pessoa (o agente) para prestar alguns serviços em nome deles que envolva transferência de poder, para o agente, sobre alguma tomada de decisão” (JENSEN; MECKLING, 1976, p. 308, tradução nossa).

Quando as organizações passam a se tornar mais estruturadas e complexas, surge a necessidade da transferência de parte do controle da empresa pelo

proprietário aos administradores (NASCIMENTO; REGINATO, 2008). Nessa separação de propriedade e controle, como afirma Carvalho (2002), aparecem os conflitos de agência, que surgem a partir dos conflitos entre o gestor e a parte contratada, quando os interesses de ambos são diferentes em relação ao risco.

A partir desses conflitos, é possível observar o surgimento e crescimento da assimetria informacional, que, conforme Belo e Brasil (2006), “é a descrição de um fenômeno segundo o qual alguns agentes econômicos têm mais informações do que outros”, ou seja, quando as informações são divulgadas de forma incompleta do agente para o principal (gestor) ou vice versa, ou, até mesmo, para partes interessadas na empresa – *stakeholders* (NASCIMENTO; REGINATO, 2008).

Santos (2004), constata que a assimetria informacional, a partir da inconsistência das informações ditas e, por consequência, do nível de informalidade causada, potencializa a demanda precária de obtenção de crédito, bastante comum nas empresas de pequeno e médio porte, como citado anteriormente nesse trabalho. Somando a essa ideia, Ghani et. al. (2015), destaca que “quanto menos transparentes forem as informações de uma empresa, mais ela terá dificuldade (elevadas taxas ou restrições legais) para obter crédito (...)”.

Vários autores entendem a governança corporativa como forma de garantir a redução dessas assimetrias, trazendo, a partir dos pilares postos por essa ferramenta, uma maior transparência nas informações para as partes interessadas, sejam internas ou externas – financiadores (CARVALHO, 2002; ALMEIDA et. al, 2010; KUDLAWICZ-FRANCO et. al., 2016).

Em razão disso, há uma maior facilitação para obtenção de crédito, como sugere a pesquisa de Ribeiro (2009) ao definir algumas diretrizes de melhores práticas de governança, a partir da visão de financiadores do BNDES, como forma de reduzir as adversidades, como o da teoria da agência, que serão tratadas no próximo tópico.

### **2.3.2 Práticas a serem adotadas por pequenas e médias empresas (pmes) no aprimoramento da governança corporativa.**

Como tratado anteriormente, práticas de governança corporativa podem ser adotadas por empresas como forma de reduzir os problemas advindos da separação entre propriedade e controle. Bianchi (2005), afirma que o principal objetivo da governança é minimizar, entre os dirigentes da relação empresarial, os problemas de agência.

Ribeiro (2009), a partir do levantamento feito na instituição selecionada – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – identificou premissas a serem adotadas pelas organizações, como forma de auxiliar na redução desses problemas e, conseqüentemente, na melhoria dos padrões de governança corporativa.

A partir do crescimento das PMEs, há uma necessidade de abertura para a captação de novos financiamentos. Advindos disso, problemas como a visão patrimonialista do negócio, ou seja, da separação entre patrimônio pessoal e da empresa e a baixa capacitação dos gestores e dos dirigentes, são causas que auxiliam na projeção de práticas mais eficazes na melhora dos padrões de governança (RIBEIRO, 2009).

Tais práticas, são adotadas por Ribeiro (2009) como preposições que podem vir a ser adotadas e/ou melhoradas nas PMEs, respeitando cada estágio que a empresa se encontra e cada capacidade oferecida por elas, buscando reduzir os

problemas já citados anteriormente, melhorando, conseqüentemente, na captação de recursos. As preposições são:

a) Perfil do gestor

Ribeiro (2009), para fins de melhora na governança das organizações, assume o perfil do gestor como alguém que seja competente e estratégico para as atividades gerenciais, proativo, aberto a mudança e a receber auxílio quando tratado a relação para com os agentes da empresa. Ademais, é evidenciado também a importância de saber delegar, ou seja, saber transmitir os poderes, sem que haja uma perda para empresa.

b) Profissionalização, Sucessão e Remuneração

Neste ponto, Ribeiro (2009) traz o aspecto da meritocracia, predomínio para aqueles que possuem méritos. Já deve ser ponto pré-determinado para escolha dos agentes a serem escolhidos para somar à empresa a capacidade de instruir na profissionalização dos demais acionistas, entre outros. A sucessão que deve ocorrer dentro do processo de mérito e, além disso, de forma transparente para uma melhor legitimação. Por fim, a remuneração, que deve contemplar, além de uma política de cargos e salário firmes, remuneração variável (comissões, gratificações, etc), capacitação, treinamento e outras formas de premiação, tais como postos no exterior (RIBEIRO, 2009).

c) Assembleias Gerais

Nos termos da legislação aplicável, a adoção de uma assembleia geral, por parte das PMEs, é pouco aplicada e representativa, dado o número reduzido de acionistas em seu capital. Porém, há causas plausíveis que tornem esse tipo de ação relevante, como voto e veto a itens importantes para cada empresa que serão documentados e, a partir disso, podem ser apresentados numa futura abertura de capital (RIBEIRO, 2009).

d) Conselhos de Administração

Ribeiro (2009), neste contexto, afirma a utilidade desse conselho, tendo em vista que serão discutidos os avanços e previsões para o crescimento da empresa, definindo e elaborando metas com visões no mercado interno e externo da operação e da gestão da organização. Andrade et al (2009) traz que, dentre as atividades desse conselho estão o monitoramento e as atribuições das decisões e da supervisão da gestão, contribuindo para o desempenho da organização e do valor de mercado da mesma.

e) Transparência e informações gerenciais

Presente nos princípios da governança corporativa, a transparência nas informações, por meio da divulgação de relatórios, traz confiança e credibilidade para quem que a adota, tendo em vista o correto acompanhamento que as empresas interessadas terão. Ademais, a disponibilização de informações e itens além das

financeiras e das solicitadas pelas legislações, são altamente recomendáveis (RIBEIRO, 2009).

#### f) Mecanismos Externos

Nos problemas elencados por Ribeiro (2009), após o levantamento feito junto ao BNDES, foram citados problemas externos como a falta de políticas, por parte órgãos reguladores, para uma melhor estruturação da governança corporativa nessas empresas. Dessa forma, mecanismos externos são poucos usados ou, quando utilizados, não se possui o objetivo de melhoria nos aspectos de governança (LAMB, s.d. apud RIBEIRO, 2009).

Por sua vez, Ribeiro (2009) traz pontos de mecanismos externos como a concorrência no mercado em que a empresa está inserida, quando há uma busca pelo maior valor agregado do produto, e uma maior preocupação com questões de governança por parte das financiadoras, que auxiliariam significativamente na adoção das questões de governança.

### 2.3 Outros estudos

Vários estudos, nos últimos anos, procuram estudar e pesquisar as estruturas de capitais nas empresas e as formas de financiamentos que possam adquirir. Estudos como o de Durand (1952), Morton (1954) e Solomon (1956), na década de 50 – época em que começou a ser explorada tal temática – se tornaram base para que essa discussão viesse à tona. Os autores, em suas respectivas pesquisas, buscaram medir e avaliar os custos de capitais em relação a precificação do negócio, gestão e a continuidade das operações da empresa. (LEITE et. al., 2018).

Em 1958, foi publicado o artigo *The Cost of Capital, Corporation Finance and the Theory of Investment* dos economistas Modigliani e Miller, que é reconhecido como marco fundamental na teoria moderna de finanças. “(Os autores) demonstraram que a escolha de uma política de financiamento feita por uma empresa não pode afetar seu valor de mercado, desde que ela mantenha seu fluxo de caixa” (JENSEN; SMITH, 1984, apud TEIXEIRA et. al., 2011). Tal estudo foi feito sob consideração de um mundo hipotético sem impostos.

Contrária a teoria de Modigliani e Miller (1958), a Teoria Tradicional reconhece a garantia de uma estrutura ótima de capital a partir da gestão adequada de suas fontes de financiamentos (JURIOLLI, 2009). Durand (1952), é indicado como precursor nessa corrente tradicionalista (BARROS, 2005). Ademais, estudos como de Famá e Grava (2000), Bruni & Famá (2003), Assaf Neto (2003), Biagini (2003), entre outros, resultam para um maior entendimento e aprimoramento desse conceito que, segundo Biagini (2003), reconhece a existência de valor a partir da estrutura de capital e que, além disso, reconhece as imperfeições, a exemplo da assimetria de informações, que pode afetar a decisão de estrutura de capital da empresa.

A partir dessa visão, estudos sobre estrutura de capital advindos de financiamentos externos e/ou internos, como forma de melhoria na estrutura da empresa, foram surgindo no cenário de pesquisas na área, como Zonenschain (1998), Nascimento (2006), Albanez e Valle (2009), entre outros. Carvalho e Abramoay (2004), destacam que diante dessa melhoria, as imperfeições afetam principalmente

as pequenas e médias empresas, tendo em vista o cenário grave de desigualdade e forte desnível educacional na nossa sociedade.

Dessa forma, foram se ramificando estudos voltados para tais empresas, como forma de sanar tais problemas, auxiliando, assim, para uma obtenção menos burocrática de financiamentos e de uma melhoria na estrutura de capital. Trabalhos como o de Schmitt (2002), que analisou o processo de escolha dos empresários de pequenas e médias empresas em relação ao financiamento, Naretto et. al. (2004) e Nogueira (2016), que apresentaram e avaliaram a evolução de políticas públicas de promoção e apoio às PMEs no Brasil, Gastaud (2007), que apresentou as oportunidades e desafios para abertura de capital das PMES e, entre outras, Puga (2000), que analisou as experiências de apoio às PMEs fora do cenário Brasileiro, contribuíram e contribuem para melhorias significativas da concessão de capital e no entendimento da importância desses recursos para estrutura organizacional.

### 3. METODOLOGIA

O presente estudo buscou avaliar os principais aspectos de governança corporativa, elencados por Ribeiro (2009), nas pequenas empresas da cidade de Campina Grande - PB, sob a visão dos gestores, como forma de elencar o ponto de vista desses sobre adoções de tais aspectos, julgando se necessárias ou não. O trabalho de Ribeiro (2009) teve sua visão voltada para uma financiadora de crédito, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Diante disso, foram confrontados os dados levantados com o ponto de vista dos agentes externos.

Como forma de levantar tais dados, foi aplicado um questionário, adaptado de Ribeiro (2009), com questões quantitativas fechadas, divididas em 3 seções. A primeira seção definiu o perfil do respondente, colocando em evidência a idade, gênero e posto em que ocupa dentro da empresa. Na segunda seção, foi questionado sobre o nível de entendimento/aplicação de cada aspecto dentro da empresa do respondente. E, na última seção, foi posto em questão o nível de importância da adoção de cada aspecto em questão para as empresas. Nas duas últimas seções, foi posto uma escala de 1 a 5 para definir o nível da intensidade de concordância das questões postas em foco, sendo 1 o menor nível e 5 o maior nível.

Os aspectos em questão, já tratados no referencial teórico desse trabalho, são: Perfil do gestor; Profissionalização, sucessão e remuneração; Assembleias gerais; Conselho de administração; Transparência e informações gerais; e Mecanismos externos.

O questionário foi disponibilizado para os respondentes através da plataforma eletrônica *Google Forms*®, enviado através do e-mail para cada empresa. A forma de análise dos dados será por meio da estatística descritiva, que possui o objetivo de sintetizar os valores encontrados, sendo observado o total das frequências. Os dados serão tabulados através do Excel.

A amostra foi composta por 32 respondentes, selecionados a partir do porte da empresa, faturamento e do número de funcionários que elas possuíam, sendo esses critérios específicos – já discutidos anteriormente neste estudo – para definir o porte da empresa.

Dois aspectos que limitaram a pesquisa em questão e as conclusões obtidas tem a necessidade de serem considerados, sendo eles:

O número de respostas ao nosso questionário devido a vasta falta de interesse dos empresários e gestores das empresas em responderem pesquisas relacionadas a temas que não são ou pouco são do seu conhecimento. E baixo número de

retorno/respostas a pedidos de participação de forma on-line, seja por e-mail ou plataformas de mensagens.

Dessa forma, o trabalho se estrutura, como uma pesquisa quantitativa e quanto aos fins, caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, pois houve a observação, registro, análise e interpretação dos fatos levantados, sem intervenção do pesquisador (ANDRADE, 2007).

#### 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta parte tem como objetivo demonstrar os dados coletados da pesquisa anteriormente elencada, com pequenos e médios empresários e/ou gestores da cidade de Campina Grande na Paraíba, e qual o significado que estes representam.

##### 4.1 Definição do perfil do respondente

A princípio o questionário teve como objetivo especificar os respondentes com as questões referente a idade, gênero, nível de escolaridade, cargo que atua na empresa, se já teve contato com o termo Governança Corporativa e se já tentou adquirir créditos para sua empresa.

Tabela 1 – Definição do perfil do respondente

<b>GÊNERO</b>	Masculino	13	40,6%
	Feminino	19	59,4%
	Prefiro não dizer	0	0,0%
<b>NÍVEL DE ESCOLARIDADE</b>	Analfabeto	0	0,0%
	Lê e escreve	0	0,0%
	Ensino Fundamental Incompleto	0	0,0%
	Ensino Fundamental Completo	0	0,0%
	Ensino Médio Incompleto	1	3,1%
	Ensino Médio Completo	9	28,1%
	Superior Incompleto	6	18,8%
	Superior Completo	13	40,6%
	Pós-Graduado	3	9,4%
	<b>QUAL O SEU ATUAL CARGO NA EMPRESA?</b>	Empresário(a)/Dono(a)	19
Diretor(a)		4	12,5%
Gerente/Gestor(a)		9	28,1%
<b>FEZ ALGUM CURSO PARA ESTAR NO CARGO ATUAL?</b>	SIM	14	43,8%
	NÃO	18	56,2%
<b>JÁ TINHA ESCUTADO SOBRE</b>	SIM	19	59,4%

<b>GOVERNANÇA CORPORATIVA?</b>	NÃO	13	40,6%
--------------------------------	-----	----	-------

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Conforme os dados da tabela 1, vê-se que 59,4% dos respondentes são do gênero feminino e 40,6% são do gênero masculino, porcentagens que correspondem aos números 19 e 13 respectivamente. É possível analisarmos também que não obtivemos respostas em que não preferiram se identificar. Em 2021, segundo o estudo Atlas do Pequenos Negócio do SEBRAE (2022), 53,3% do total de MPEs eram homens em contraponto a 46,7% eram mulheres, demonstrando que mesmo em sua maioria a pesquisa em sua prática teve mais dificuldade em conseguir participação dos empresários mesmo que procurados.

Em relação ao intervalo de idades dos respondentes, tivemos em destaque a faixa de 23 a 28 anos com 46,9% do total apresentado, seguidos das faixas de 29 a 35 anos com 25% e 43 anos ou mais com 12,5%. Tais números representam, conforme Atlas do Pequenos Negócio do SEBRAE (2022), os 92% de MPEs formados por pessoas com mais de 25 anos.

Quanto ao nível de escolaridade, em maioria tivemos os respondentes com nível superior completo com 40,6%, em seguida os respondentes com ensino médio completo com 28,1% e com 18,8% os que tem superior incompleto. Tais números estão diretamente ligados com o próximo ponto da pesquisa, que está relacionado ao cargo em que o respondente atua na empresa, onde tivemos gestores e diretores (40,6%) em algum ramo específico que exige curso de nível superior.

Ademais, foi questionado se os respondentes já haviam escutado sobre o tema Governança Corporativa, onde em sua maioria tiveram contato com a temática (59,4%) mostrando consistência com o fato que em sua maioria tiveram nível superior.

Por fim, foi perguntado se os respondentes já fizeram algum curso para estar no cargo atual, onde em sua maioria responderam que não com 56,3%. E, para concluir, foi questionado se já haviam tentado ou já tinha adquirido algum tipo de crédito para seu empreendimento onde 59,4% responderam que sim, refletindo na importância do auxílio aos MPEs na aquisição de créditos tendo em vista que em sua maioria já pegaram ou tentaram obter algum tipo de crédito.

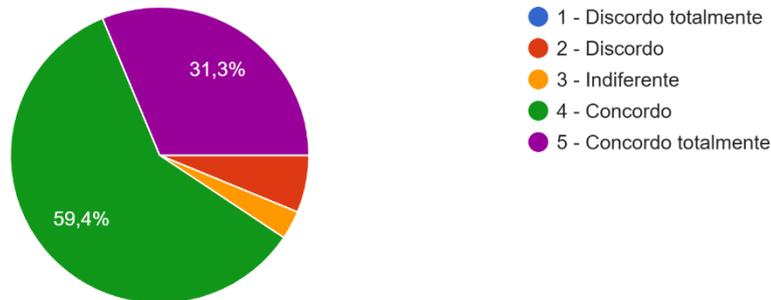
#### **4.2 Nível de entendimento dos respondentes sobre governança corporativa**

Nesta segunda seção foram realizados quatro questionamentos em que colocavam em prova o posicionamento, em relação ao entendimento, dos respondentes no que diz respeito à disposição da Governança Corporativa nas empresas, quais seriam os impactos e influências da adoção dessas práticas.

### GRÁFICO 1: É possível compreender a dinâmica de Governança dentro de uma organização?

Sendo a governança corporativa, práticas administrativas para otimizar o desempenho das empresas no mercado interno e/ou externo, é possível...o menor nível e 5 o maior nível de concordância.

32 respostas



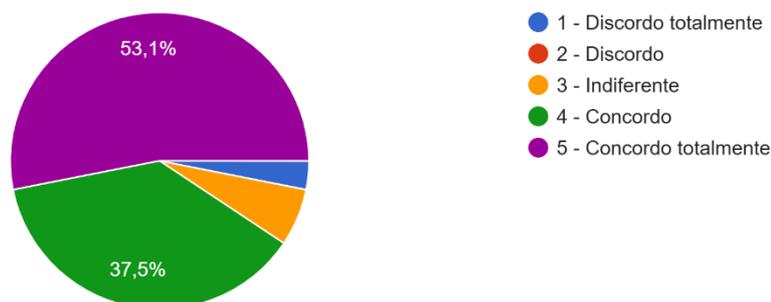
FONTE: Elaborado pelo autor através do Google Forms ®

Inicialmente é questionado se é possível compreender a dinâmica da Governança Corporativa dentro de uma organização, sendo essa uma prática administrativa para otimizar o desempenho das empresas no mercado interno e/ou externo. Em sua maioria foi respondido que concordava com tal compreensão, com 59,4% das respostas seguido de 31,3% das respostas em que concordavam totalmente.

### GRÁFICO 2: Há mais chances de aumentar a capacitação de recurso com a Governança?

É possível afirmar que uma empresa que possua uma dinâmica de governança corporativa, possua mais chances de aumentar a sua captação de recurs...o menor nível e 5 o maior nível de concordância.

32 respostas



FONTE: Elaborado pelo autor através do Google Forms ®

Em seguida é indagado se os respondentes concordam que a empresa possui mais chances de obter créditos se possuírem uma dinâmica com práticas da Governança Corporativa. De forma consistente, a maioria compactua com tal ideia, onde 53,1% concordam totalmente e 37,5% concordam com tal afirmação.

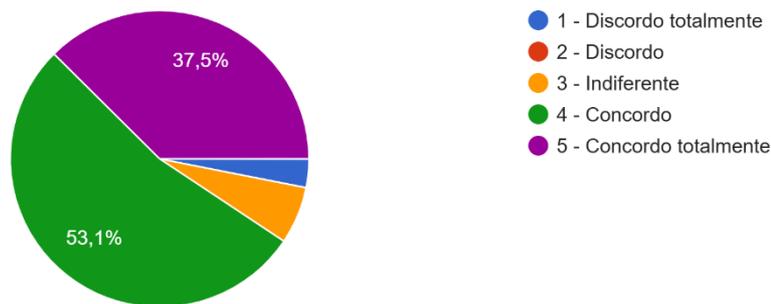
Em sua pesquisa, Ribeiro (2009) elenca entre os problemas de Governança em PMEs a falta de maturidade dessas quanto a adoção de práticas da Governança ainda que os entrevistados em sua pesquisa reconheçam que houve já uma evolução por

parte das PMEs. Tal reconhecimento é evidenciado nos dois primeiros questionamentos em que majoritariamente os respondentes concordam e constatam que a Governança Corporativa é importante para organização e entendem como funciona a dinâmica na prática.

GRÁFICO 3: Falta de transparência interna pode prejudicar na obtenção de crédito?

Você acredita que a falta de transparência nas informações, entre aqueles que estão a frente da empresa, pode prejudicar na obtenção de crédito? S... o menor nível e 5 o maior nível de concordância.

32 respostas

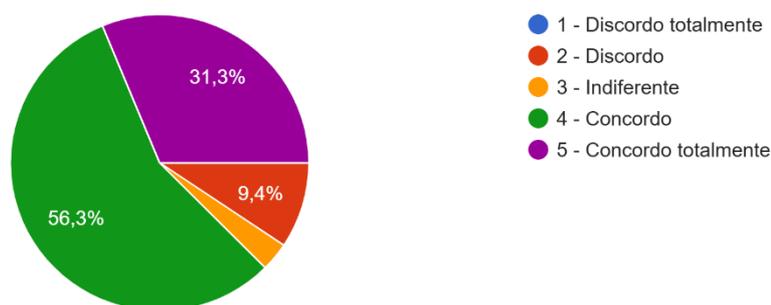


FONTE: Elaborado pelo autor através do Google Forms ®

GRÁFICO 4: Falta de transparência externa pode influenciar na obtenção de crédito?

Para você, é possível que a falta de transparência nas informações da empresa, para o ambiente externo, possa influenciar na captação de crédito? ... 1 o menor nível e 5 o maior nível de concordância.

32 respostas



FONTE: Elaborado pelo autor através do Google Forms ®

Avançando com a pesquisa, conclui-se esta seção com questões relacionadas a transparência das informações nas empresas, sendo essa transparência concernente entre aqueles que estão à frente da empresa e entre a organização e o ambiente externo ligado a ela. Com essa finalidade, Ribeiro (2009) relata a falta de clareza, com sistema de informação inadequados, que afetam a obtenção de subsídios.

Referente a primeira indagação, para os respondentes a transparência entre aqueles que estão à frente do negócio importa, em sua maioria, na obtenção de crédito, pode a falta dela prejudicar a captação de crédito. 53,1% dos respondentes concordam com tal afirmativa, seguido de 37,5% que concordam totalmente.

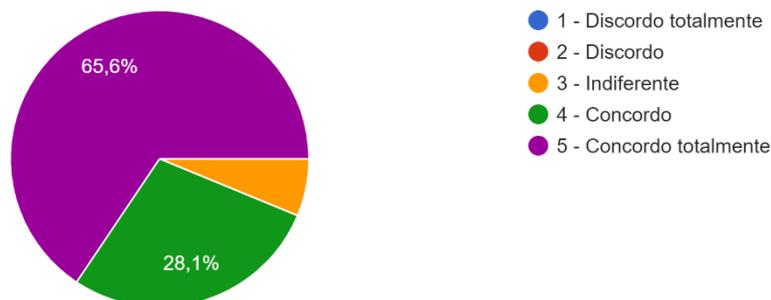
Por fim, 56,2% concordam e 31,3% concordam totalmente com a importância da transparência entre a organização e o ambiente externo vinculado a esta.

### 4.3 Premissas a serem adotadas nas pmes

Ribeiro (2009), a partir da análise dos resultados da sua pesquisa, identifica pontos que podem ser melhores trabalhados dentro das pequenas e médias empresas sob o ponto de vista teórico. Dessa forma, nesta seção, foi posto em questão tais premissas para os entrevistados indagando a importância que tais pontos teriam na prática.

GRÁFICO 5: Perfil do Gestor

Premissa 1: Perfil do Gestor É importante que o gestor seja alguém competente e estratégico para as atividades gerenciais, proativo, aberto a mudanç... 1 o menor nível e 5 o maior nível de concordância.  
32 respostas



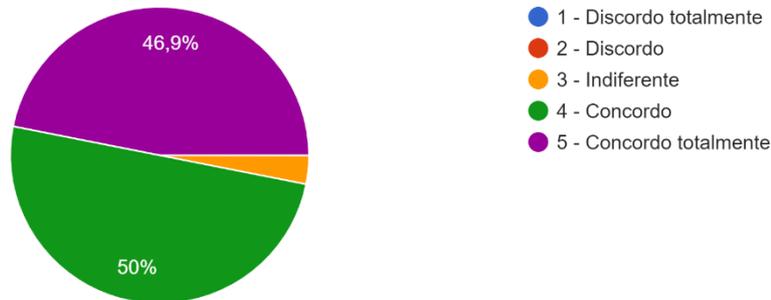
FONTE: Elaborado pelo autor através do Google Forms ®

No primeiro momento, seguindo a ordem de preposições tratado por Ribeiro (2009), é posto em pauta o perfil do gestor colocando-o como alguém que seja competente e estratégico para as atividades gerenciais, proativo, aberto a mudança e a receber o auxílio quando tratado a relação para com os agentes da empresa. 93,7% dos respondentes concordam ou concordam totalmente com tal premissa, reforçando o olhar mais aberto dos pequenos e médios empresários e gestores para com a importância da melhora da governança nas organizações.

## GRÁFICO 6: Profissionalização, Sucessão e Remuneração

Premissa 2 - Profissionalização, Sucessão e Remuneração É importante que aquele que seja somado a empresa para geri-la possua capacidade d...o menor nível e 5 o maior nível de concordância.

32 respostas



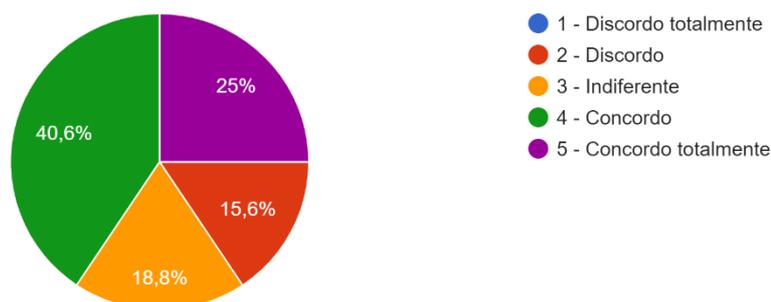
FONTE: Elaborado pelo autor através do Google Forms ®

Em seguida, é tratado sobre a importância da capacitação daqueles que ocupam alguma função nas organizações e, também, sobre o merecimento daqueles que estão na sucessão para ocupar algum cargo. 96,9% dos respondentes concordam ou concordam totalmente com esse processo de mérito e com a profissionalização daqueles que ocupam os principais postos.

## GRÁFICO 7: Assembleias Gerais

Premissa 3 - Assembleias Gerais É importante a implantação de uma assembleia geral para que seja documentado a existência de votos ou vetos a ... o menor nível e 5 o maior nível de concordância.

32 respostas



FONTE: Elaborado pelo autor através do Google Forms ®

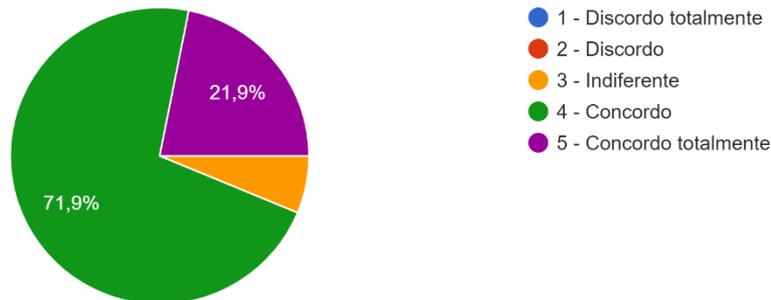
Adicionalmente, é discutido a importância da implantação de uma assembleia geral nas empresas. Mesmo com maioria dos respondentes respondendo que concordam (40,6%) ou que concordam totalmente (25%), neste tópico temos uma expressiva opinião dos respondentes em que acham indiferente (18,8%) ou que discordam (15,6%) de tal ideia corroborando com o que é defendido por Ribeiro (2009) que traz a assembleia como um mecanismo interno pouco representativo para as PMEs, sendo tratado com algo meramente formal, mesmo que haja possibilidade de

torna-la mais relevante a partir da apresentação de toda documentação exigida nessas assembleias, que pode ter auxiliado na concordância da maioria dos respondentes.

GRÁFICO 8: Conselho de Administração

Premissa 4 - Conselho de Administração É importante a atuação de um conselho, para que se possa discutir os avanços e previsões da empresa, ... o menor nível e 5 o maior nível de concordância.

32 respostas



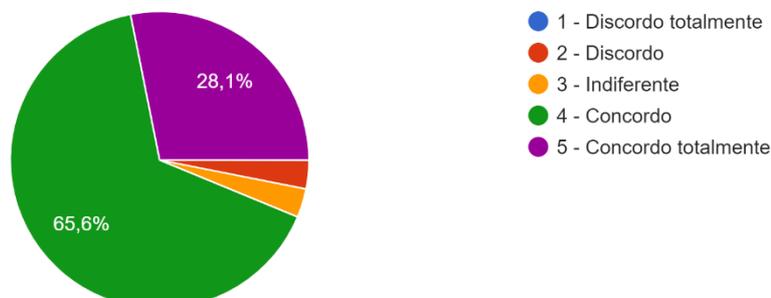
FONTE: Elaborado pelo autor através do Google Forms ®

Neste ponto, é tratado sobre a relação da importância de um conselho de administração. Ribeiro (2009), para este tópico, traz uma visão de um mecanismo bastante útil para uma companhia, sendo bastante recomendável no sentido de fiscalizações e de somas de perspectivas diferenciadas do mercado. 93,8% dos respondentes concordam e concordam totalmente com a importância da atuação de um conselho dentro da organização.

GRÁFICO 9: Transparência e informações gerenciais

Premissa 5 - Transparência e informações gerenciais É importante a divulgação de relatórios da empresa, disponibilizando informações além das so... o menor nível e 5 o maior nível de concordância.

32 respostas



FONTE: Elaborado pelo autor através do Google Forms ®

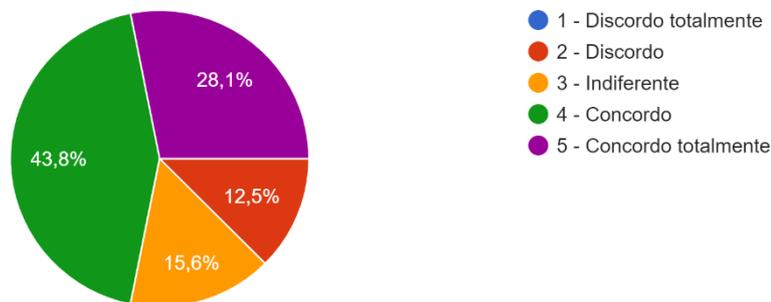
Neste tópico, é tratado sobre a importância da transparência entre informações gerenciais quanto a divulgação de relatórios da empresa. Da mesma forma, Ribeiro (2009) apresenta tal disponibilização de informação como algo útil e de relevância

para o correto acompanhamento da evolução da companhia por parte das pessoas interessadas, entendimento que está diretamente ligado a Resolução CFC nº 1.330/11, alterada pela Resolução 2014/ITG2000(R1) de 12 de dezembro de 2014, que determina que a escrituração contábil regular deve ser adotada por todas as entidades independente da natureza e do porte. 93,7% dos respondentes concordam ou concordam totalmente com a importância da transparência dentro da organização.

GRÁFICO 10: Mecanismos Externos

Premissa 6 - Mecanismos Externos Há dois pontos externos importantes no mercado para uma empresa, sendo eles: políticas por parte dos órgão...1 o menor nível e 5 o maior nível de concordância.

32 respostas



FONTE: Elaborado pelo autor através do Google Forms ®

Por fim, é finalizado essa seção questionando sobre a importância dos mecanismos externos para o desenvolvimento da empresa. Tem-se maioria em que concorda e concorda totalmente com tal afirmação (71,9%), porém, de forma pouco expressiva, diferente das premissas apresentadas, temos 28,5% que acham tal ponto indiferente ou discorda de tal afirmação. Tais resultados ratificam o entendimento de Ribeiro (2009) que coloca os mecanismos externos como uma ideia usada de forma indireta pelas pequenas empresas por serem ainda prioritariamente voltados para empresas de maior porte.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo analisar, a partir da pesquisa feita por Ribeiro (2009), a importância, a partir da visão dos pequenos e médios empresários, da adoção de premissas de Governança Corporativa dentro da sua organização segundo uma análise da realidade dessas empresas existentes na cidade de Campina Grande no estado da Paraíba.

Ribeiro (2009) teve seu trabalho baseado no levantamento feito no BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, onde delimitou algumas diretrizes a partir da realidade e da prática experiência dos gestores executivos responsáveis pelo departamento de gestão e governança das empresas investidas pelo BNDESPAR, braço de participação societária do BNDES.

Tais diretrizes, conforme apontado por Ribeiro (2009), são ligadas totalmente ao julgamento desses gestores que possuem a visão de agentes financiadores e que não estão na realidade de quem vai aplicá-los. Dessa forma, este trabalho confrontou tais entendimentos com o ponto de vista dos empreendedores, como agentes que

podem aplicar tais diretrizes, julgando se essas são ou não importantes e úteis no dia a dia das organizações.

De forma indiscutível, é perceptível que os gestores e empresários possuem entendimento básico sobre o tema e percebem a importância da aplicação de tais mecanismos para o crescimento das suas organizações pois auxiliam ainda mais na captação de recursos que contribuem para sua perenidade, como discutido ao longo deste trabalho.

Ademais, algumas diretrizes tidas como importantes junto ao levantamento com os agentes do BNDES, foram, em sua realidade, questionados pelos empreendedores, como foi o caso da importância da inclusão de uma assembleia geral e da importância dos pontos elencados como importantes no mecanismo externo para o desenvolvimento das empresas.

Dessa forma, há um amplo espaço para que futuras pesquisas possam surgir reaplicando esse mesmo estudo em PMEs de outras cidades do estado da Paraíba e também em cidades de outros estados brasileiros, favorecendo a relevância do tema para esses tipos de empresa que mesmo avançando ainda é relativamente reduzida ainda se considerada sua importância. Outrossim, recomenda-se que próximas pesquisas possam se aprofundar em estudos de casos, implementando tais premissas – discutidas ao longo desse trabalho – no dia a dia de uma empresa e obtendo resultados dessa aplicação na prática.

A que ressaltar que houveram limitações nesse estudo, sendo um dos principais a falta de interesse dos empresários em participar da pesquisa. À vista disso, considera-se o contexto inicial da pandemia do COVID-19, época em que se iniciou esse estudo, onde foi escolhido o método de interação a partir de meios de comunicação eletrônica para atingir os respondentes nesta pesquisa, método esse que se mostrou pouco útil tendo em vista a falta de retorno.

Por fim, considera-se que está pesquisa teve seu objetivo alcançado em sua totalidade, contribuindo de forma clara sobre a validação da aplicação de pontos da Governança Corporativa dentro das PME's junto aos seus maiores interessados, os empreendedores e gestores. Adicionalmente, contribuiu também para o levantamento da situação atual da questão de governança nas PMEs, que diferente de 2009 – ano de pesquisa apresentado por Ribeiro – possui mais clareza e entendimento por parte daqueles que estão à frente das organizações.

## REFERÊNCIAS

ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Porte de empresa**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/perguntasfrequentes/administrativo/porte-de-empresa>> Acesso em: 18 ago. 2021.

ALBANEZ, Tatiana; VALLE, Maurício Ribeiro do. Impactos da assimetria de informação na estrutura de capital de empresas brasileiras abertas. **Revista Contabilidade & Finanças**. 2009, v. 20, n. 51, pp. 6-27. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1519-70772009000300002>> Acesso em: 31 ago. 2021.

ALMEIDA, Moisés Araújo; et al. Evolução da qualidade das práticas de governança corporativa: um estudo das empresas Brasileiras de capital aberto não listadas em bolsa. **Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, v. 14, n. 5, pp. 907-924, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-65552010000500009>> Acesso em: 29 ago. 2021.

ÁLVARES, Elismar; GIACOMETTI, Celso; GUSSO, Eduardo. **Governança corporativa: um modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

ANDRADE, Lélis Pedro de; et al. Governança corporativa: uma análise da relação do conselho de administração com o valor de mercado e desempenho das empresas Brasileiras. **Revista de Administração Mackenzie**. São Paulo, v. 10, n. 4, pp. 4-31. 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1678-69712009000400002>>. Acesso em: 9 set. 2021

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ASSAF, Alexandre Neto. **Finanças Corporativas e Valor**. São Paulo: Atlas, 2003.

ASX Corporate Governance Council. **Corporate Governance Principles and Recommendations**. ed. 4, 2019. Disponível em: <<https://www.asx.com.au/documents/regulation/cgc-principles-and-recommendations-fourth-edn.pdf>> Acesso em: 28 ago. 2021.

Banco de Desarrollo de América Latina. **Participaciones accionarias**, c2021. Productos y Servicios. Disponível em: <<https://www.caf.com/es/sobre-caf/que-hacemos/productos-y-servicios/participaciones-accionarias/>> Acesso em: 26 ago. 2021.

BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento. **Guia do financiamento: Porte da empresa**. c2021. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/porte-de-empresa>> Acesso em: 18 ago. 2021.

BARROS, Lucas Ayres. **Valor da Empresa e Estrutura de Capital**. São Paulo: Saint Paul, 2005.

BELO, Neuza Mari; BRASIL, Haroldo Guimarães. Assimetria informacional e eficiência semiforte do mercado. **Revista de Administração de Empresas**. Belo Horizonte, v. 46, p. 48-57, 2006.

BERLE, A.; MEANS, G. **The Modern Corporation and Private Property**. New York: Macmillan, 1932.

BIAGINI, Fábio Luiz. **Fatores Determinantes da Estrutura de Capital das Empresas de Capital Aberto no Brasil: uma Análise em Painel**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio De Janeiro, 2003.

BIANCHI, M. **A Controladoria como um mecanismo interno de governança corporativa e de redução dos conflitos de interesse entre principal e agente**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2005. São Leopoldo: UNISINOS, 2005.

BRASIL. **Decreto-lei n. 4.595**, de 31 de dez. de 1964. Brasília: Diário Oficial da União, 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4595.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm) Acesso em: 26 ago. 2021.

BRASIL. **Lei Complementar 123**, de 14 de dez. de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Brasília: Diário Oficial da União,

2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm) Acesso em: 17 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: 1988.

BRUNI, Adriano Leal. FAMÁ, Rubens. **As Decisões de Investimentos**. São Paulo: Atlas, 2003.

BUSSLER, Nairana Radtke Caneppele; et. al. Responsabilidade social e a governança corporativa: perspectivas de gestão socioambiental nas organizações. **Revista de Gestão e Organização Cooperativas**. Santa Maria, v. 4, n. 8, jul./dez., 2017.

CARVALHO, A. G. Governança corporativa no Brasil em perspectiva. **RAUSP Management Journal**. São Paulo, v. 37, n. 3, p. 19-32, 2002.

CARVALHO, Carlos Eduardo; ABRAMOAY, Ricardo. O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro. In: SANTOS, Carlos Alberto dos (Org.). **Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas**. 2ª Ed. (revisada). Brasília: Sebrae, 2004.

DURAND, D. Cost of Debt and Equity Funds for Business: Trends and Problems of Measurement in Conference on Research on Business Finance. **National Bureau of Economic Research**. Nova Iorque, 1952.

EFEICHE, Edgar. **A hora e a vez da governança corporativa: entrevista**. 03 de Março de 2009. Disponível em: <<https://www.revistafatorbrasil.com.br/imprimir.php?not=68922>>. Acesso em: 20 Jul. 2021.

Escritório de Gestão, Empreendedorismo e Sustentabilidade. **Linhas de crédito: conheça as principais modalidades e quando usá-las na sua empresa**, 2020. Página inicial. Disponível em: <<https://www.unifor.br/web/empreender/linhas-de-credito-conheca-as-principais-modalidades-e-quando-usa-las-na-sua-empresa>> Acesso em: 26 ago. 2021.

Expectativa de retomada Pós-Covid-19 | PME. Serasa Experian. 2020.

FAMÁ, R.; GRAVA, J. W. Teoria da Estrutura de Capital – as discussões persistem. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, v.1, n. 11, 1º trimestre. 2000.

FLEURIET, M. **A dinâmica financeira das empresas brasileiras**. Belo Horizonte: Edições Fundação Dom Cabral, 1980.

GASTAUD, Roberto Bento. **Abertura de Capital: oportunidade e desafio às pequenas e médias empresas**. Trabalho de Conclusão do Curso (Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GHANI, Alan Nader Ackel; MARTELANC, Roy; KAYO, Eduardo Kazuols. Há Diferença de Restrição de Crédito para Empresas de Capital Aberto e Fechado no Brasil? Evidência Empírica pela Abordagem do Cash Flow Sensitivity. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo, v. 26, n. 67, pp. 85-92, 2015.

GIMENES, Régio Marcio Toesca; GIMENES, Fátima Maria Pegorini. Financiamento das necessidades líquidas de capital de giro em cooperativas agropecuárias: uma investigação empírica sob a perspectiva do modelo Fleuriet. **Revista da FAE**. Curitiba, v. 8, n. 1, p. 103-115, jan./jun. 2005.

GUERRA, Antônio Claret. Sebrae: pequenos negócios têm maior taxa de mortalidade. **Agência Brasil**. Belo Horizonte, 27 de Junho de 2021. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-06/sebrae-pequenos-negocios-tem-maior-taxa-de-mortalidade>> Acesso em: 14 ago. 2021.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). **Código Brasileiro de Governança Corporativa**. São Paulo: IBGC, 2016.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). **Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 5 ed. São Paulo: IBGC, 2015.

JACOMETTI, M. Considerações sobre a evolução da governança corporativa no contexto brasileiro: uma análise a partir da perspectiva weberiana. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 46, n. 3, p. 753 a 773, 2012. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7111>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

JENSEN, M; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

JURIOLLI, Luis Fernando. **Estrutura de capital e o perfil de empresas brasileiras**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

KUDLAWICZ-FRANCO, Claudineia; BACH, Tatiana Marceda; SILVA, Eduardo Damião. Assimetria de informação e desempenho: Um estudo em empresas de capital aberto no Brasil. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**. Lisboa, v. 15, n. 2, p. 24-39, 2016.

LEITE, Maurício; SAVARIZ, Carline Rakowski; SILVA, Tarcísio Pedro da. Influência da assimetria de informação na estrutura de capital em empresas brasileiras. **Desafio Online**, Campo Grande, v. 6, n. 3, set./dez., 2018.

MODIGLIANI, F.; MILLER, M. H. The Cost of Capital, Corporation Finance and the Theory of Investment. **American Economic Review**. 1958.

MORTON, Walter A. The Structure of the Capital Market and the Price of Money. **The American Economic Review**, v. 44, n. 2, p. 440-454, 1954.

NARETTO, N.; BOTELHO, M. dos R.; MENDONÇA, M. A. Trajetória Das Políticas Públicas Para Pequenas E Médias Empresas No Brasil: Do Apoio Individual Ao Apoio A Empresas Articuladas Em Arranjos Produtivos Locais. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 27, 2004.

NASCIMENTO, Auster Moreira; REGINATO, Luciane. Divulgação da informação contábil, governança corporativa e controle organizacional: uma relação necessária. **Revista Universo Contábil**. v.4, n.3, p. 25-47, out. 2008. Disponível em:

<<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/979>> Acesso em: 29 ago. 2021.

NASCIMENTO, Herbert Menezes do. **Análise das linhas de financiamento e o custo do capital das MPEs sergipanas**. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2010.

NASCIMENTO, Marcelo Magno Rocha. **Gestão de Estrutura de Capital: Importância das Decisões de Investimento e Financiamento Organizacional**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (MBA em Gestão Bancária e Finanças Corporativas) - Escola Superior Aberta do Brasil, 2006.

NETO, Julio Vieira; et. al. Captação de recursos financeiros para as pequenas e médias empresas: um estudo bibliográfico sobre os principais critérios avaliados pelo capital de risco. **INGEPRO – Inovação, gestão e produção**, v. 3, n. 1, janeiro de 2011.

NOGUEIRA, Mauro Oddo. **Uma análise contextual das políticas públicas voltadas para as empresas de pequeno porte no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=28677:td-2233-uma-analise-contextual-das-politicas-publicas-voltadas-para-as-empresas-de-pequeno-porte-no-brasil&catid=390:2016&directory=1](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28677:td-2233-uma-analise-contextual-das-politicas-publicas-voltadas-para-as-empresas-de-pequeno-porte-no-brasil&catid=390:2016&directory=1)> Acesso em: 18 Ago. 2021.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Governança corporativa na prática**. São Paulo: Atlas, 2006.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Introdução à administração financeira: textos e exercícios**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

PAVANI, Claudia. **O Capital de Risco no Brasil: conceito, evoluções, perspectivas**. Rio de Janeiro: **E-papers**, 2003.

SEBRAE. Pesquisa do Sebrae mostra que, em 2020, dobrou a demanda por crédito nos pequenos negócios. **Agência Sebrae de Notícias**. 19 de jan. de 2021. Disponível em: <https://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/pesquisa-do-sebrae-mostra-que-em-2020-dobrou-a-demanda-por-credito-nos-pequenos-negocios,dd46f166f9817710VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 25 ago. 2021.

PUGA, Fernando Pimentel. **Experiências de apoio às micro, pequenas e médias empresas nos Estados Unidos, na Itália e em Taiwan**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2000. 54 p. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/14275>> Acesso em: 31 ago. 2021.

RIBEIRO, Leticia Magno. **Governança corporativa em pequenas e médias empresas brasileiras**. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Rio de Janeiro, 2009.

RIVA, Enrico Dalla; SALOTTI, Bruno Meirelles. Adoção do padrão contábil internacional nas pequenas e médias empresas e seus efeitos na concessão de

crédito. **Revista Contabilidade & Finanças** – USP, São Paulo, v. 26, n 69, p. 304-316, set./ out./ nov./ dez. 2015.

SANTOS, C. M. D.; PIMENTA JÚNIOR, T.; CICONI, E. G. Determinantes da escolha da estrutura de capital das empresas brasileiras de capital aberto: um survey. **RAUSP Management Journal**, v. 44, n. 1, art. 6, p. 70-81, 2009.

SANTOS, Carlos Alberto dos. Assimetria de informações e racionamento da oferta de crédito. In. SANTOS, Carlos Alberto dos (Org.). **Sistema financeiro e as micro e pequenas empresas: diagnósticos e perspectivas**. 2ª Ed. (revisada). Brasília: Sebrae, 2004.

SCHMITT, Dalton Júnior. **Financiamento das pequenas e médias empresas: aspectos do processo de decisão empresarial e o instrumento de capital de risco**. 2002. Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

SELLIS, Adriano; ANDRADE, Márcio Fernando da Silveira; e GONÇALVEZ, Tatiana Steluti Silva. SIMPLES FEDERAL X SIMPLES NACIONAL: Um estudo sobre as mudanças ocorridas no regime especial de tributação das microempresas e as empresas de pequeno porte. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano MMXI, n. 5, 2013.

SEBRAE. **Atlas dos pequenos negócios**. 2022.

SEBRAE. **Sobrevivência das Empresas no Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-2016.pdf>> Acesso em: 08 set. 2021.

SEBRAE. **Pequenos negócios aceleram emprego e PIB no país**. Janeiro de 2023. Disponível em <<https://agenciasebrae.com.br/dados/pequenos-negocios-aceleram-emprego-e-pib-no-pais/>> Acesso em: 29 jul. 2024.

SEBRAE. **Painel de empresas**. 2020a. Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/totaldeempresas-11-05-2020/>> Acesso em: 13 ago. 2021.

SEBRAE. **A taxa de sobrevivência das empresas no Brasil**. 2023. Disponível em: <[https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasil,d5147a3a415f5810VgnVCM1000001b00320aRCRD#:~:text=As%20EPPs%20t%C3%AAm%20a%20menor,%25%20fecham%20em%205%20anos\).](https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasil,d5147a3a415f5810VgnVCM1000001b00320aRCRD#:~:text=As%20EPPs%20t%C3%AAm%20a%20menor,%25%20fecham%20em%205%20anos).>)> Acesso em: 29 jul. 2024.

SEBRAE. **Conheça as fontes de financiamento e as principais linhas de crédito**. 2019. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-as-fontes-de-financiamento-e-as-principais-linhas-de-credito,7475a8ce76801510VgnVCM1000004c00210aRCRD>> Acesso em: 25 ago. 2021.

SEBRAE. **Autofinanciamento como alternativa para fugir dos juros**. 2018. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/autofinanciamento-como-alternativa-para-fugir-dos->

juros,95bdd4570c281510VgnVCM1000004c00210aRCRD> Acesso em: 25 ago. 2021.

SEBRAE; CAGED. **Pequenos Negócios geraram 70% dos empregos com carteira no Brasil**. 2021. Disponível em: <<https://www.agenciasebrae.com.br/asn/Estados/NA/caged-sebrae-poder360.pdf>> Acesso em: 18 Ago. 2021.

SEBRAE; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Anuário do Trabalho nos Pequenos Negócios: 2018**. 11ª ed. São Paulo, 2020.

SILVA, A.C.R. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

SOLOMON, Ezra. The Arithmetic of Capital-Budgeting Decisions. **The Journal of Business**, v. 19, n. 2, p. 124-129, 1956.

SOUZA, F. P.; BAIDYA, T. K. N. Governança corporativa na Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) como mecanismo de aperfeiçoar a gestão na Agência. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 11, n. 1, p. 66-83, 2016.

TAVARES, Fernando Oliveira; PACHECO, Luís; ALMEIDA, Emanuel Ferreira. Financiamento das pequenas e médias empresas: análise das empresas do distrito do Porto em Portugal. **Revista de Administração**. São Paulo, 2015, v. 50, n. 2, pp. 254-267.

TEXEIRA, B. R; PRADO, M. F.; RIBEIRO, K. C. de S. Um estudo da teoria de Modigliani-Miller através do caso de empresas brasileiras: Analisando a irrelevância da estrutura de capitais. **FACEF Pesquisa**, Franca, v. 14, n. 1, p. 67-79, jan./fev./mar./abr., 2011.

Três em cada 10 MEI fecham as portas em até cinco anos de atividade no Brasil. **Agência Sebrae de Notícias**. 16 de Jun. de 2021. Disponível em: <<https://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/tres-em-cada-10-mei-fecham-as-portas-em-ate-cinco-anos-de-atividade-no-brasil,7dd6221f9f21a710VgnVCM100000d701210aRCRD>> Acesso em: 14 ago. 2021.

ZONENSCHAIN, Claudia Nessi. Estrutura de capital das empresas no Brasil. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 63-91, dez. 1998.